

**Interações polêmicas na internet e as máximas conversacionais:
limites entre o dissenso e o protesto**

Polemical interactions on the internet and the conversational maxims:
limits between dissension and protest

Manoel Francisco Guaranha

Universidade Santo Amaro (UNISA/Brasil)
Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC/Brasil)

Ana Lúcia Tinoco Cabral

Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL/Brasil)

RESUMO

Este artigo analisa linguisticamente postagens feitas por leitores na Internet comentando uma notícia de jornal e destaca as implicaturas das quebras das máximas conversacionais estudadas por Grice (1991) na construção da polêmica, compreendida enquanto modalidade argumentativa (AMOSSY, 2017), no sentido de evidenciar como materializa-se discursivamente uma das funções que essa modalidade tem assumido na Internet: a de protesto. Nesse sentido, o trabalho sugere que uma avaliação da quebra das máximas conversacionais pode constituir um critério para traçar limites entre a polêmica como modalidade argumentativa e a violência verbal.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística. Pragmática. Máximas Conversacionais. Polêmica. Interações verbais na Internet.

ABSTRACT

This paper analyzes linguistically the postings made by readers on the Internet, commenting about a newspaper article and highlights the

* Sobre os autores ver página 133.

implicatures of the violation of the conversational maxims studied by Grice (1991) in the construction of the polemic, understood as an argumentative modality (AMOSSY, 2017), in order of to show how one of the functions that this modality has assumed on the Internet materializes itself in the discourse: the one of protest. In this sense, this work suggests that an evaluation of the violation of conversational maxims may constitute a criterion to draw the boundaries between the polemic as an argumentative modality and the simply verbal violence.

KEYWORDS: *Linguistics; Pragmatics; Conversational Maxims; Polemic; Verbal interactions on the Internet.*

1 Considerações iniciais

A disseminação das redes sociais trouxe profundas transformações nas interações humanas e provocou consequências na forma como as pessoas se manifestam nesse contexto, marcado sobretudo pela comunicação escrita. Considerando a possibilidade de os usuários acessarem os ambientes digitais em seus *smartphones*, o espaço de interação, conforme afirmam Cabral e Albert (2017, p. 268), passou a ser “todo lugar”. Segundo as autoras, as “redes sociais constituem ambientes de interação e de convívio sem limites físicos”, elas constituem, no século XXI, a praça pública dos séculos anteriores, onde tudo acontecia, onde tudo se discutia. Cabral e Lima também observam essa questão. Segundo as autoras, “os espaços públicos digitais trouxeram uma nova dimensão temporal para a divulgação de informações e, conseqüentemente, da expressão de tomadas de posição frente às informações que circulam na rede” (CABRAL; LIMA, 2017, p. 89).

Essas tomadas de posição têm se dado de modo bastante intenso como reflexo da polarização social em relação a determinados temas, notadamente os que envolvem questões políticas e a polêmica evolui, muitas vezes, para a violência verbal transformando a praça pública virtual que é a Internet em um campo de guerra. Nesse sentido, nosso objetivo neste trabalho é investigar as interações polêmicas, compreendendo a polêmica como modalidade argumentativa e, notadamente, uma das funções que ela adquire nas redes sociais, a função de protesto, que se intensifica por meio da violência verbal. Esse estudo será baseado na quebra de máximas conversacionais postuladas por Grice (1991, p. 306-315) e aplicado a um *corpus* constituído por comentários de usuários da Internet. Para tanto, analisaremos comentários a respeito de reportagem do **Jornal Folha de S. Paulo**, edição eletrônica de 20/10/2015, sobre o corte de 35% de verbas do orçamento, proposta pelo relator da Lei Orçamentária de 2016, Deputado Ricardo Barros (PP/PR). A fim de cumprir nosso objetivo, este trabalho, além desta Introdução e das Considerações finais, apresenta duas partes: a primeira aborda algumas questões teóricas que fundamentam nossas análises e reflexões, a saber: o conceito de interação verbal, de máximas conversacionais e de implicaturas e o conceito de polêmica como modalidade argumentativa, bem como considerações sobre as funções

dessa modalidade; a segunda traz as análises dos comentários escolhidos como *corpus*, destacando neles a quebra de máximas conversacionais, as possíveis implicaturas desse procedimento na dinâmica desses comentários no contexto digital procurando mostrar como essas quebras, quanto mais se intensificam, mais se distanciam do tema gerador da polêmica e mais se aproximam do uso dela como forma de protesto não raro violento, caracterizado pelo preconceito.

2 Interações verbais, harmonia, máximas conversacionais, implicaturas e polêmica

As interações verbais, conforme lembra Kerbrat-Orecchioni (2017), são intrinsecamente frágeis e os interlocutores são constitutivamente vulneráveis, o que os obriga a utilizar estratégias para proteger-se. A autora observa que

é na medida em que se admite que todo encontro social é “arriscado” para os atores que estão engajados nele (risco para eles de se sentirem ameaçados, embaraçados ou humilhados) que se deve, correlativamente, admitir a universal necessidade desses mecanismos compensatórios [...] (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 18).

A mesma autora ensina que os sujeitos têm em geral a preocupação de manter certa harmonia nas interações (Kerbrat-Orecchioni, 2017), mantêm o interesse em fazer com que as interações corram bem. Essa boa fé é que faz com que esses sujeitos procurem atender a alguns princípios de comportamento durante a interação. Trata-se do princípio de cooperação, um princípio geral que estabelece: “*make your conversational contribution such as required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or Direction of the talk Exchange in which you are engaged*”¹ (GRICE, 1991, p. 307).

Ao princípio de cooperação Grice vinculou quatro máximas que regem a interação: a primeira delas é a máxima da quantidade que determina a cada locutor: “1. *Make your contribution as informative as is required (for the current purposes of the exchange)*. 2. *Do not make your contribution more informative than is required*”² (GRICE, 1991, p. 308). A segunda é a máxima da qualidade, desdobrada em: “1. *Do not say what you believe to be false*” (GRICE, 1991, p. 308)³ e “2. *Do not say that for which you lack adequate evidence*”⁴ (GRICE, 1991, p. 308). A terceira é a máxima da relação, aquela que diz respeito à relevância da contribuição para o propósito daquela conversa. Seja relevante é uma máxima que tem a ver com “*questions about different kinds and focuses of relevance there may be, how these shift in the course of a talk exchange, how to allow for the fact that subjects of conversation are*

¹ Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção aceita do intercâmbio conversacional em que você está engajado. (Tradução nossa).

² 1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação) 2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido. (Tradução nossa).

³ Não diga o que você acredita ser falso. (Tradução nossa).

⁴ Não diga aquilo para o que falem provas adequadas. (Tradução nossa).

legitimately changed” (GRICE,1991, p. 307)⁵. Finalmente, a quarta máxima é a de modo, “*be perspicuous*”, no sentido de “seja evidente, claro”, desdobrada nas instruções: “1. *Avoid obscurity of expression*. 2. *Avoid ambiguity*. 3. *Be brief (avoid unnecessary prolixity)*. 4. *Be orderly*”.⁶(GRICE,1991, p. 308).

Podemos aplicar as máximas de Grice à análise de uma interação específica atentando para os fatos de que nela os interlocutores não devem ser lacônicos ou excessivamente prolixos (máxima de quantidade); não devem afirmar suspeitas sem dados comprobatórios nem ser deliberadamente falsos (máxima de qualidade); não devem ser muito detalhistas nem apresentar dados não pertinentes ao tópico em discussão (máxima de relação); não devem ser ambíguos, nem pouco precisos, nem vagos ou desordenados em seu discurso (máxima de modo). O filósofo parte do pressuposto de que os usuários procuram respeitar as máximas sempre que imaginam que seus interlocutores as levam em consideração também.

Baseado nessa espécie de contrato entre os interlocutores, que reza que tudo o que é dito em uma conversação deve ter um sentido em relação àquilo de que se fala, chega-se ao conceito de implicatura. Ainda que a contribuição do interlocutor não esteja diretamente ligada à conversação e esse desligamento tenha se dado por meio da quebra de alguma das máximas, o interlocutor pode calcular o sentido que essa contribuição traz à conversação, o sentido que essa eventual quebra de uma ou mais máximas implica levando em conta, pelo menos, o princípio da cooperação.

A implicatura pode ser convencional ou conversacional. Será convencional caso haja a ajuda de alguma palavra que conecta logicamente duas afirmações nem sempre compatíveis como no exemplo de Grice (1991) “*He is an Englishman; he is, therefore, brave*”⁷ (p. 307), em que a conjunção conclusiva relaciona logicamente de tal modo a nacionalidade inglesa à coragem de forma a atá-las mesmo que, na realidade, esses dois conceitos, o de inglês e o de corajoso, não tenham necessária conexão no mundo real. A implicatura será conversacional quando, ainda que a contribuição quebre algumas das máximas, ela leve o interlocutor a acreditar que pelo menos o princípio de cooperação está sendo observado e, ao violar uma ou mais máximas, ainda assim se o locutor diz “p” querendo implicar “q” ele está consciente de que o seu interlocutor será capaz de deduzir intuitivamente, por outros elementos contextuais, essa implicatura. São exemplos de implicaturas conversacionais, entre outros procedimentos linguísticos, a ironia, a metáfora, a hipérbole e a ambiguidade.

Considerando os postulados de Grice e de Kerbrat-Orecchioni apresentados nos parágrafos anteriores, é de se imaginar que as interações sempre ocorrem visando à harmonia e buscando satisfazer as necessidades de informação dos participantes. Vale lembrar, entretanto, que os rumos da interação se determinam pelos dizeres de cada um dos interlocutores.

⁵ Questões sobre que tipos de focos de relevância podem existir e como se modificam no curso da conversação, como permitir que os assuntos da conversação são legitimamente mudados. (Tradução nossa).

⁶ 1. Evite obscuridade de expressão. 2. Evite ambiguidade. 3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária). 3. Seja ordenado. (Tradução nossa).

⁷ Ele é um inglês; ele é, portanto, corajoso. (Tradução nossa).

No que diz respeito aos rumos da interação e sua relação com contextos, cumpre destacar os estudos de Amossy (2017) a respeito da polêmica. O senso comum tende a qualificar a polêmica como belicosa, como algo que não diz respeito à deliberação e que não participa da argumentação retórica. Amossy (2017) discorda disso. Segundo a autora, a polêmica é um “debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público que comporta os anseios da sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura” (AMOSSY, 2017, p. 49) cuja marca é “uma oposição de discurso”: “O antagonismo das opiniões apresentadas no seio de um confronto verbal é sua condição *sine qua non* [da polêmica]” (AMOSSY, 2017, p. 49).

Amossy (2017, p. 210-216) considera que, para além dessa função global de assegurar a coexistência de vozes no dissenso, pode-se examinar que a polêmica cumpre algumas funções sociais específicas. A primeira dessas funções é a de influenciar e dominar o outro, voltada a um público que deve fazer escolhas sociais (AMOSSY, 2017, p. 210). A segunda função seria a de tecer uma espécie de elo social permitindo que os indivíduos criem comunidades virtuais em que se posicionam como um grupo, juntam-se sob uma mesma bandeira a despeito de diferenças individuais (AMOSSY, 2017, p. 212). A terceira função da polêmica é favorecer os protestos individual e social, que consiste em “uma recusa e um desejo de mudança; inscrevendo-se numa relação de força, [...] acontece como um ato de resistência” (AMOSSY, 2017, p. 213). Nesta categoria exacerba-se a violência da polêmica, não a física, mas a verbal e funcional seguindo “regras autorizadas pelos enquadres discursivos dos quais participar e cumpre neles as funções mencionadas de luta, de protesto ou de reunião” (AMOSSY, 2017, p. 214). Neste caso, é necessário que cada sociedade discuta quais os limites aceitáveis de violência verbal. Finalmente, a polêmica tem a função de estratégia de posicionamento caracterizando-se como uma espécie de jogo em que alguns podem se apropriar de uma posição que tem o apoio da maioria para conseguir promover sua imagem (AMOSSY, 2017, p. 214-216).

Será em torno da terceira função da polêmica, mais especificamente, que nossas análises irão se desenvolver. Como a polêmica constitui um confronto de posições brutal, o discurso violento faz-se bastante presente. A desqualificação do outro é uma das características do discurso polêmico: “Na disputa que se desenrola face ao terceiro, ela [a polêmica] se distingue sempre pelas tentativas de desqualificação do Oponente” (AMOSSY, 2017, p. 58). Nesse contexto, segundo Cabral e Lima,

A violência verbal assume então um papel importante como estratégia do discurso polêmico, pois, ao agredir o adversário, nós o estamos, de alguma forma, o desqualificando (CABRAL; LIMA, 2017, p. 89).

Quando o foco é agredir o outro ou usar os comentários para marcar uma posição diante de um problema da sociedade, parecem não ser relevantes os aspectos concernentes ao conhecimento comunicacional, às normas gerais como as descritas por Grice (1991) e entram em jogo as implicaturas provocadas pelas quebras das máximas que, no contexto das polêmicas nas redes sociais, pode constituir um forma estratégica de agir que possibilita ao

locutor marcar uma posição sustentada não pela construção de argumentos lógicos, antes pelo isolamento do adversário “mostrando que seu discurso [o do oponente] é indigno de confiança e não merece que [ninguém] o apoie” (AMOSSY, 2017, p. 59).

3 Quebra de máximas em comentários de leitores da *Folha de São Paulo*

Nossas análises foram feitas a partir de comentários de usuários do site do **Jornal Folha de S. Paulo** a uma notícia, de Isabel Versiani, que trata da proposta de corte de 35% dos valores destinados ao Programa Bolsa Família feita pelo relator da lei orçamentária de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR). Esse corte seria justificado por conta do déficit orçamentário previsto para aquele ano, R\$ 30,5 bilhões, que o governo pretendia compensar com a recriação da CPMF, tarifa sobre movimentações financeiras. O relator propôs, para suprir o déficit, redução de custos e aumento de outra tarifa sobre combustíveis para dar sinal ao mercado de que o governo estava preocupado com o ajuste fiscal.

A notícia traz em outras vozes: a do líder do PT na época, Senador Delcídio do Amaral, dizendo que o Bolsa Família era prioridade para o Governo; a da oposição, Senador Ronaldo Caiado, afirmando que o Bolsa Família constitui um projeto eleitoral do Governo Federal da época e argumentando, para tanto, que o governo já cortara R\$ 10 bilhões do programa; e voz a do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, defendendo a manutenção do Bolsa Família.

Para facilitar a compreensão das intervenções dos leitores que serão analisadas e nossas análises, transcreveremos a seguir, na íntegra, a reportagem em questão:

Relator do Orçamento de 2016 propõe corte de 35% no Bolsa Família - ISABEL VERSIANI DE BRASÍLIA 20/10/2015 16h40 - Atualizado às 17h58

O relator da lei orçamentária de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), disse que pretende propor um corte de R\$ 10 bilhões na previsão de despesas com o Bolsa Família no ano que vem. O valor equivale a 35% do total de R\$ 28,8 bilhões direcionados ao programa no projeto encaminhado ao Congresso pelo governo.

"No Bolsa Família há uma grande rotatividade. As famílias que estão no programa serão mantidas e as que saem não serão substituídas, é simples o raciocínio", afirmou o parlamentar.

Ele argumentou que 72% dos beneficiários do programa trabalham e, diante da dificuldade de equilibrar as contas públicas, é preferível atuar para manter esses empregos do que preservar o programa.

"Precisamos ser racionais, e não agir com emoção, não vou votar um Orçamento deficitário", afirmou.

O projeto encaminhado pelo governo ao Congresso em agosto previa um déficit de R\$ 30,5 bilhões. Para cobrir o rombo, a equipe econômica propôs um pacote de

medidas, sendo a principal a recriação da CPMF, com arrecadação anual estimada em R\$ 32 bilhões.

Para o relator, a aprovação do tributo se mostrou inviável, por isso não pretende incluir essas receitas em seu projeto. Para cobrir o buraco de R\$ 30 bilhões, além do corte no Bolsa Família ele também pretende promover outras reduções de gastos, ainda em estudo, e também não descarta prever uma elevação da Cide (tributo sobre combustíveis).

"Eu quero votar um Orçamento em que o mercado acredite", afirmou.

Para o líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), o programa social é "absolutamente prioritário para o governo" e outras medidas, como a criação de novos impostos, poderão ser adotadas para se preservar o montante de recursos destinados para ele.

"O governo tem se colocado de uma maneira muito clara em relação à preservação desses investimentos. Então, tudo será feito. Temos várias medidas que vão ser discutidas no Congresso, através dessa agenda que o governo tem discutido para que, efetivamente, a gente mantenha esses programas que têm um cunho social importante", disse.

Já para o líder do DEM na Casa, senador Ronaldo Caiado (GO), afirmou que o governo permite o corte bilionário porque "passou o ano eleitoral".

"Este governo nunca teve uma preocupação com a pobreza no Brasil. Ele sempre teve preocupação com o projeto de governo, projeto de poder. Isso tudo que estimulou e induziu estes programas. [...] O governo, depois de 12 anos cortou R\$ 10 bilhões do Bolsa Família, não porque diminuiu o índice de pobreza, mas porque passou o ano da campanha eleitoral", disse.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela gestão do Bolsa Família, afirmou em nota que os recursos do programa estão "inteiramente preservados". "A redução de custos do programa representaria devolver milhares de famílias à condição de extremamente pobres e, por isso, o governo é contra essa possibilidade." (VERSANI, 2015).

Fizemos um levantamento dos 46 comentários e destacamos alguns temas polemizados pelos leitores a partir da notícia. Em seguida, destacamos alguns comentários para análise que organizamos em ordem cronológica. A notícia foi publicada às 16h40 e o comentário (1) foi postado em 20/10/2105 às 16h58:

(1) Além disso... poderia se cortar as verbas de gabinete ...carros oficiais, (andem como anda o povo que os elegeu e os sustenta) cartões corporativos e outras tantas mordomias mais...e sejam rápidos...senão o pau vai comer.

O leitor (1), em seu comentário, quebra a máxima da relação, pois dá uma contribuição sobre os gastos gerais do governo atrelada aos gastos com o Bolsa Família, mudando, num primeiro momento, o rumo da conversação. Ao desviar do tema principal da notícia, o locutor utiliza a locução adverbial “Além disso”, operador argumentativo que conecta logicamente duas coisas que não necessariamente estão vinculadas: as verbas sociais do Bolsa Família (recuperado pela contração da preposição “de” com o pronome “isso”, em “disso”) e os gastos com mordomias do governo. Essa conexão é reforçada pela expressão “outras tantas mordomias” que implica inserir os gastos com Bolsa Família entre as tantas mordomias dos servidores públicos. Aqui temos um tipo de implicatura convencional em que o locutor (1), por meio do estabelecimento de uma relação de identidade entre o Bolsa Família e os gastos desnecessários do governo, como “verbas de gabinete” e “carros oficiais”, inclui esse programa do Governo no rol dos gastos desnecessários e, portanto, posiciona-se favoravelmente ao corte orçamentário nessa alínea.

Ao associar o Bolsa Família aos beneficiários das mordomias, o locutor de (1) parece excluí-los da categoria de “povo” e também de contribuintes, os que sustentam as mordomias, ao dizer “andem como anda o povo que os elegeu e os sustenta [sem carros oficiais]”. A violência verbal materializa-se pela ameaça final “senão o pau vai comer”, numa alusão a possíveis revoltas populares contra aqueles que usam as mordomias que, na visão desse leitor, são colocadas no mesmo nível dos gastos com o Bolsa Família.

Motivado pelo comentário (1), outro leitor, em resposta dada dia 20/10/2105 às 17h29, equipara as verbas do programa àquelas destinadas ao pagamento dos cartões corporativos recuperando um caso pontual, que não detalha, de compra de itens supérfluos, como bolsas Louis Vitton, por algum agente público.

(2) o primeiro deveria ser os cartões corporativos, sem nenhum controle e totalmente sigilosos... ainda mais para comprar bolsa LV por vinte e dois mil dólares.

Em ambos os comentários podemos apontar as quebras da máxima de relação, uma vez que o comentário se distancia do foco principal da notícia. A proposta de redução de gastos a partir do corte de despesas desnecessárias seria uma intervenção lógica na questão, mas a categorização dos gastos com Bolsa Família como parte das verbas de gabinete e outras como a dos cartões corporativos não tem relação direta com tais gastos. A quebra da máxima de relação funciona, no caso, como uma estratégia para transformar a polêmica em um ato de protesto, distanciando-se do tema principal.

Esse fato ocorre porque o leitor sempre busca encontrar uma relação de pertinência na produção do outro, busca que o leva a estabelecer certa identidade entre os elementos do texto comentado e os comentários associados a ele, tornando estes últimos pertinentes àquele. Nesse caso, a quebra da máxima de relação acaba por orientar argumentativamente, ou desviar, a leitura de outros usuários. Desse ponto de vista, a quebra da máxima cumpre uma função argumentativa na interação em foco, pois a indignação contra as mordomias que se materializa na ameaça violenta “o pau vai comer” irá, em

certo sentido, reverberar nos comentários posteriores sobre a questão como demonstraremos.

O comentário (2) quebra também a máxima de quantidade por não oferecer ao leitor dados para que ele confirme o desvio de verba apontado no uso dos cartões corporativos, há lacunas informativas. O locutor parece, ainda, não se preocupar em elucidar para os leitores a sigla LV, *Louis Vitton*. Isso implica a ideia desse locutor de que a sigla seja de conhecimento de todos os demais leitores que frequentam o sítio da **Folha de S. Paulo**, bem como estejam a par das denúncias sobre o mau uso dos cartões corporativos.

Há leitores que, embora respeitem a máxima de relação, apresentando comentário pertinente ao tema Bolsa Família, inclusive citando nominalmente o programa, quebram outras máximas, como é o caso do locutor (3) que publicou seu comentário às 17h7 e motivou a resposta de (4), dia 20/10/2105 às 17h29:

(3) O governo ao invés de cortar gastos, prefere sacrificar o Bolsa Família!

(4) o primeiro deveria ser os cartões corporativos, sem nenhum controle e totalmente sigilosos... ainda mais para comprar bolsa LV por vinte e dois mil dólares.

Em (3) temos uma crítica ao governo. A opinião está focada no tema da notícia e separa duas categorias de gastos, os que deveriam ser cortados e o Bolsa Família. A inespecificidade dos gastos a serem cortados confere certa imprecisão ao comentário; o locutor quebra, portanto, a máxima de quantidade e a máxima de modo, pela obscuridade que seu texto adquire. O uso do vocábulo sacrificar, neste caso, implica que o leitor (3) estabelece distinção dimatral entre os gastos que devem ser cortados e o Bolsa Família, diferente do que verificamos em (1).

Cumprir destacar que o leitor que fez o comentário (4) é o mesmo que fez a intervenção (2) com o mesmo conteúdo. Vale observar, entretanto, que em (2) ele respondeu a uma manifestação contra o Bolsa Família e em (4) a uma manifestação a favor do programa. A intervenção de (4) parece agora contribuir para especificar os gastos não explicitados no comentário de (3), corrigir, de algum modo, a quebra da máxima de quantidade bem como a obscuridade, decorrente da quebra da máxima de modo. Isso nos leva a pensar que, apesar de ele ter quebrado a máxima da quantidade apresentando dois comentários aparentemente com o mesmo conteúdo, ambas as intervenções permitem o cálculo de diferentes implicaturas: no primeiro caso, ele concorda com (1) que o Bolsa Família é um gasto que se equipara às mordomias e no segundo caso, ele contribui com um exemplo de gasto que deveria ser cortado para que não seja necessário sacrificar o gasto social.

A desqualificação do outro ganha um traço mais violento no comentário do leitor (5), publicado em 20/10/2105 às 17h28:

(5) Sendo paranaense, propôs cortar 35 %; se fosse barriga verde, proporia logo cortar 65 %. Lá se vão muitos milhões de votos ...

- (6.9) não posso pagar mais !!!!!!!!!!!!!
- (6.10) essa bolsa não é pro maranhão ? corta tudo
- (6.11) essa bolsa não é pra fortaleza ? corta tudo
- (6.12) essa bolsa não é pro piauí ? corta tudo
- (6.13) achei pouco
- (6.14) corta tudo
- (6.15) é pouco

O locutor de (6) quebra a máxima da quantidade, porque seus comentários não são informativos, apenas irônicos, visando protestar violentamente contra o Bolsa Família, fato que ocorre sucessivamente no conjunto dos comentários (6.1 a 6.15). No ápice da violência verbal, as intervenções quebram a máxima da qualidade em (6.3), pois apresentam números e termos que não são compreensíveis e não especificam exatamente a quem se referem as ações ligadas aos números apresentados, pois uma leitura da notícia não permite identificar esse referente; quebram a máxima de modo, também em (6.3), uma vez que o locutor não evita obscuridade quando se refere ao “brama” (codinome supostamente atribuído ao ex-presidente Lula em esquemas de corrupção da empreiteira OAS); quebram a máxima de relação, pois os comentários (6.10 e 6.12) não apresentam relevância em relação ao tema e mudam o foco da questão para a expressão do preconceito.

A opção do locutor pela quebra de todas as máximas conversacionais atesta a tensão social em torno do tema Bolsa Família como reflexo de uma tensão social maior em relação ao contexto da época, quando a crise econômica refletia-se no déficit orçamentário e na possível necessidade de aumento de impostos (6.8 e 6.9). Essa situação reforça o preconceito contra os que recebem ajuda governamental manifesto em (6.4) “Vamos trabalhar !!!!!”. O caráter injuntivo do comentário implica que o locutor considera preguiçosos ou desocupados aqueles que se beneficiavam do programa Bolsa Família.

O aspecto lacunar, agressivo, prolixo e desordenado dos comentários, decorrentes da quebra da máxima de modo, parece ser o aspecto que mais evidencia a violência verbal. Não se trata propriamente de um diálogo, uma discussão, mas de um embate de vozes cujo denominador comum é uma visão superficial do tema da notícia do jornal e dos problemas sociais do país. Neste ponto, a polêmica assume sua função como protesto violento. Parece que as redes sociais potencializam esse aspecto da polêmica, que é a desqualificação do outro. Desse ponto de vista, podemos afirmar que a quebra das máximas constitui uma estratégia discursiva que põe o foco na desqualificação possibilitada pelo emprego de marcas de agressividade verbal⁹.

Para além da agressividade, os comentários estabelecem que as denúncias de corrupção atribuídas ao grupo que está no poder são associadas, diretamente, aos beneficiários do Bolsa Família como se estes fizessem parte do Governo pelo simples fato de serem beneficiários do programa e, em certo sentido, amplia violentamente o que fora enunciado em (1). Esse tipo de associação é polemizado em outros comentários, como em (7.1) e (7.2),

⁹ Cabe aqui um comentário sobre a hora em que essas postagens mais violentas foram feitas, em um horário que o povo chamaria de “calada da noite” o que talvez influenciem o tom transgressor do conteúdo.

postados pelo mesmo leitor dia 20/10/2018, às 23h50 e 23h46, respectivamente:

(7.1) Eu até toparia. Um passo atrás para depois dar dois à frente. O Aero Boy faria muito pior extinguindo tudo progressivamente, satisfazendo aqueles que pensam que pobre come dinheiro e não enxergam que os recursos do bolsa família injetados na base da pirâmide irriga e movimenta toda a economia até o topo da pirâmide.

(7.2) O maior problema nas contas é o bolsa família, para os que não enxergam que pobre não come dinheiro. O dinheiro injetado na base social irriga toda a economia e chega até o topo da pirâmide. Se o dinheiro fosse injetado só no ápice, como querem os vorazes capitalistas e seus serviços, metade ou mais ia direto para o exterior. Quanto a auditoria, concordo, mas com participação popular e fuzilamento dos atravessadores corruptos. Não confio em fiscais, auditores, policiais ou juízes.

O locutor cita “Aero Boy” referindo-se, provavelmente, ao político mineiro Aécio Neves, mostrando posicionar-se contra ele e a favor do programa Bolsa Família e do governo do PT, que o instituiu. Nos comentários, ele quebra a máxima da quantidade referindo-se duas vezes à questão do dinheiro que deve ser injetado na “base da pirâmide”. Refere-se a outro comentário (8) quando menciona auditoria e atravessadores (7.2), e fere a máxima de relação quando propõe “fuzilamento dos atravessadores corruptos” em um país em que não existe a pena de morte. Além disso, propõe auditoria ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, afirma não confiar em “fiscais, auditores, policiais ou juízes” (7.2). Essa contradição torna seu texto ambíguo, ferindo máxima de modo. Trata-se, entretanto, de um procedimento que, no contexto, parece encontrar sua justificativa no fato de que os locutores necessitam expor seus pontos de vista de maneira contundente a fim de, como destaca Amossy (2017, p. 213), “tentar impedir qualquer coisa que se considera como insuportável, como intolerável, que se acredita poder modificar elevando seu grito”.

Em (8.1) e (8.2), um mesmo leitor, dia 20/10/2015 às 23h39 e 23h32, respectivamente, propõe como uma alternativa ao Bolsa Família o programa Agricultura Familiar, que também é alvo de crítica por ser, segundo ele, “desvirtuado” (*sic*). Ao tecer críticas ao Programa Agricultura Familiar, o comentário quebra a máxima de relação, pois altera o curso da interação, introduzindo um novo tópico de discussão, não mencionado na reportagem que originou os comentários:

(8.1) É um programa simplesmente eleitoreiro e tem muita roubalheira. O Governo tem um programa muito bom que é a Agricultura Familiar, mas que é desvirtuado pela grande maioria dos participantes que não querem trabalhar, mas sim de pegar em qualquer dinheiro, pois para participar do programa eles recebem uma DAP onde

eles podem comercializarem até R\$ 4.500 do que eles produzirem com o Governo, mas não, eles alugam essa DAP e aí o atravessador bandido comercializa com o governo que paga bem.

(8.2) Não é preciso ser nenhum economista para saber que de onde se tira e não se bota acaba, táí o que é o bolsa família, voce só tira e não bota nada porque não produz nada, a não ser esmolés profissionais. Se vc chegar num dia de pagamento numa fila de uma lotérica, vc vai ver um mototaxista com inúmeros cartões sacando o bolsa esmola de alguém, alé do mais tem muita gente recebendo o bolsa família que não quer ver nem falar em assinar a sua carteira para não peder essa esmola. É eleitoreiro simples.

Para construir seus argumentos, o locutor parte de suposições sobre irregularidades no programa Agricultura Familiar, mas não apresenta a fonte das informações quebrando assim a máxima de quantidade (8.1). Ele quebra também a máxima de relação, quando volta a falar do Bolsa Família em (8.2); apresenta exemplos a partir de observações da vida cotidiana quando cita os moto-taxistas que retiram dinheiro do Bolsa Família desqualificando os beneficiários (“esmolés profissionais(*sic*)” que se recusam a trabalhar (8.2). Trata-se novamente de uma estratégia de desqualificação (Amossy, 2017), que já apontamos na análise das postagens de (6). O juízo de valor que estabelece é, entretanto, baseado em impressões sem fundamento em dados, o que constitui uma quebra da máxima de qualidade.

4 Considerações finais

Acreditamos que os comentários em sites de Internet devam ser concisos, mas acreditamos que devam ser informativos. Também acreditamos que as opiniões devam ser livres, o que não significa autorização para veicular preconceitos de qualquer espécie. A sensação de que a Internet funciona como um escudo em que o sujeito pode, anonimamente, escrever o que quer estimula muitas pessoas a exporem ideias que não seriam capazes de expor em outros ambientes ou que só exporiam em círculos fechados de amigos com os quais têm identidade de ideias, como se faz em conversas de botequim.

Compreendemos também que os produtores dos comentários analisados estão movidos pela revolta contra o governo central que se materializou nos protestos e na troca do Presidente do Brasil em 2016. Esse contexto, de certo modo, potencializou a tendência à violência verbal e à exacerbação da função de protesto da polêmica como estratégia argumentativa sobre o tema em foco: o déficit orçamentário e o Bolsa Família.

Pensamos que nessa ágora moderna que é a Internet o conhecimento e a reflexão sobre as máximas conversacionais que regem a comunicação pode servir como elemento que possibilita a construção da polêmica que deve ser considerada forma legítima de posicionamento em estados democráticos. Contudo, essa legitimidade será maior à medida que não se pautar apenas na quebra, mas no equilíbrio entre a quebra e a manutenção das máximas

conversacionais. Esses critérios podem ser apontados como balizadores daqueles limites que a sociedade deve discutir para regular os debates, notadamente os polêmicos.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; LIMA, Nelci Vieira de. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. **Signo**, v. 42, n. 73, p. 86-97, 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; ALBERT, Sílvia. Quebra de polidez na interação: das redes sociais para os ambientes virtuais de aprendizagem. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco (Org.). **Descortesia e Cortesia: expressão de culturas**. São Paulo : Cortez, 2017. p. 234-267.

GRICE, H.p. Logic and conversation. In: DAVIS, Steven. **Pragmatics**. New York: Oxford University Press, 1991, p 305 – 315).

Kerbrat-Orecchioni, Catherine. Abordagem intercultural da polidez linguística: problemas teóricos e estudo de caso. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco (Org.). **Descortesia e Cortesia: expressão de culturas**. São Paulo : Cortez, 2017. p. 17-56.

VERSANI, Isabel. Relator do Orçamento de 2016 propõe corte de 35% no Bolsa Família. **Folha de São Paulo** (digital), 25 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1696182-relator-do-orcamento-de-2016-propoe-corte-de-35-no-bolsa-familia.shtml>. Acessado em: 12 de março de 2018.

Recebido em 15 de março de 2018.

Aprovado 26 maio de 2018.

Publicado em 30 de junho de 2018.

SOBRE OS AUTORES

Manoel Francisco Guaranha é doutor e mestre em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor das Faculdades de Tecnologias de Santo André e do Ipiranga (FATECs/Brasil) e professor do Programa de Mestrado em Ciência Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA/Brasil). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, literatura brasileira, argumentação, leitura e discurso.
E-mail: manoel.guaranha@gmail.com

Ana Lúcia Tinoco Cabral é doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP/Brasil).

Realizou pesquisa de pós-doutoramento na EHESS (Paris-França). É professora titular da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL/Brasil), atuando no Mestrado em Linguística. Tem experiência na área de Linguística, especialmente em leitura e escrita. O quadro teórico que dá suporte às suas pesquisas alia a Linguística Textual à Semântica Argumentativa e aos estudos da Enunciação. Atua nos seguintes temas: linguagem argumentativa, interação verbal escrita, linguagem jurídica, polidez linguística e uso da linguagem em práticas educativas a distância.

E-mail: altinocobral@gmail.com